



**Expresso**

19-03-2016

**Periodicidade:** Semanal

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 131300

**Temática:** Banca/Seguros

**Dimensão:** 1042

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/22

---

## Luxemburgo envia provas sobre Salgado para Portugal

Autoridades do  
Grão-Ducado encerraram  
investigação ao grupo BES  
e enviaram todos os dados  
recolhidos para o MP P22

# Luxemburgo envia ao MP provas sobre Salgado

Autoridades locais **fecharam processo-crime** sobre **holdings** do Grupo Espírito Santo **em outubro de 2015** e enviaram-no para o Ministério Público português

MICHAEL PEREIRA

A Justiça luxemburguesa decidiu encerrar o processo-crime que tinha em curso sobre as sociedades de topo usadas pela família Espírito Santo para controlarem o BES, a seguradora Tranquilidade e também os negócios da área não-financeira do antigo grupo liderado por Ricardo Salgado. Em causa estava uma alegada falsificação de contas que levou à ocultação de um passivo de 1,3 mil milhões de euros na Espírito Santo Internacional (ESI), a *holding* que controlava a área financeira e a área não-financeira do universo de negócios da família Espírito Santo.

A investigação à ESI, bem como à Espírito Santo Control (ESC) e à Espírito Santo Financial Group (ESFG), todas elas sociedades com sede no Luxemburgo, foi concluída em outubro de 2015 e os autos foram enviados para o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), a equipa do Ministério Público em Portugal que se dedica a casos complexos de criminalidade financeira e que conduz o inquérito-crime sobre o BES, em que Salgado é o principal suspeito.

Aberto em junho de 2014, o processo-crime no Luxemburgo tinha como base o facto de a ocultação de 1,3 mil milhões de euros de passivo nas contas da ESI poder infringir a lei local, nomeadamente as regras im-

postas pelo código comercial do Luxemburgo desde 1915.

## Não ficou nem uma cópia

Os autos do inquérito seguiram para Lisboa sem que as autoridades locais ficassem com qualquer cópia, de acordo com o que revelou ao Expresso o porta-voz da administração judiciária luxemburguesa, Henri Eippers. "O processo foi integralmente enviado para as autoridades portuguesas. Deixou de haver qualquer documentação do caso no Luxemburgo." Uma fonte próxima de Ricardo Salgado mostrou-se surpreendida com

o desfecho discreto do inquérito no Luxemburgo e admitiu que o ex-banqueiro não foi informado disso até ao momento. O Ministério Público luxemburguês chegou a notificá-lo para prestar depoimento, mas o antigo presidente do BES acabou por não poder comparecer no interrogatório por estar impedido de se deslocar ao estrangeiro. "Essa deslocação não foi autorizada."

A proibição de se ausentar do território nacional foi uma das medidas de coação impostas pelo juiz de instrução Carlos Alexandre quando o ex-banqueiro foi constituído arguido, logo em julho de 2014, no âmbito da Operação Monte Branco. Neste inquérito-crime, paralelo ao processo do BES, Salgado está indiciado por burla, abuso de confiança, falsificação e branqueamento de capitais, por ter recebido 14 milhões de euros na Suíça através de um circuito de companhias *offshore* com origem numa conta do BES Angola titulada por um construtor civil que era cliente do banco, José Guilherme.

A ESFG manteve nos últimos anos, até ao colapso do grupo, uma posição de 25% do BES e era, por sua vez, controlada pela ESI, a sociedade que estava imediatamente abaixo da Espírito Santo Control, a *holding* familiar onde tinham presença os cinco ramos do clã liderado por Salgado. Além de presidente do BES, Salgado estava à frente da ESFG e da ESC, sendo administrador de terem sido abertas



Investigação à ocultação de passivo de €1,3 mil milhões transita para Portugal FOTO LUÍS BARRA

investigações em Portugal e no Luxemburgo ao buraco na ESI, em 2014, o Expresso revelou os resultados de uma auditoria interna que dava conta de que 1,3 mil milhões de euros de dívidas não tinham sido reportados nas contas da sociedade relativas a 2012, sendo que o passivo oculto atirou os capitais próprios para 2,5 mil milhões de euros negativos, levando à insolvência do grupo. Na sequência do escândalo, Ricardo Salgado culpou o responsável pela contabilidade da *holding*, o "commissaire aux comptes" Francisco Machado da Cruz.

Ouvido pela comissão parlamentar de inquérito ao BES em janeiro de 2015, Machado da Cruz assumiu que a ocultação do passivo da ESI começou em 2008, na sequência da crise financeira do *subprime* nos Estados Unidos, e que foi feita por ordem de Salgado. O contabilista contou que foi forçado a assumir a responsabilidade pelo buraco nas contas da ESI durante uma auditoria do Banco de Portugal movido por um dever de "absoluta lealdade" aos seus superiores.

mpereira@expresso.imprensa.pt